

**Nações em jogo no século XIX:
França - Alemanha - Brasil***

Marcelo Chiaretto**

RESUMO: O trabalho procura estabelecer um estudo comparativo entre as teorias nacionalistas românticas consagradas na França e na Alemanha do séc. XIX, considerando-se ainda seus possíveis reflexos no movimento nacionalista brasileiro.

(...) le plaisir de ne voir autour de soi que des objets tout nouveaux, des oiseaux étranges, des plantes bizarres et inconnues, d'observer en quelque sorte une autre nature et de se trouver dans un nouveau monde.

J. J. Rousseau, *La Nouvelle Héloïse, lettre XXIII*

O séc. XIX pode ser considerado como um tempo de grandes elucidações para os estudos literários concernentes aos processos de modelação nacional, sobretudo se for observado o fato de ter sido gerado aí o nacionalismo romântico. De fato, afigurou-se o momento em que países europeus e “americanos”, motivados por uma situação histórico-literária peculiar, iniciaram discussões tendentes a exami-

*Recebido para publicação em maio 2000.

**Professor do Coltec/UFMG.

nar a melhor forma de estabelecer um quadro nacional que fosse democrático e legalizado ao mesmo tempo que digno do olhar autóctone e do olhar estrangeiro.

Funcionando de forma paradigmática ao mencionado, é importante perceber que, nos anos do primeiro romantismo europeu — última década do séc. XVIII e início do séc. XIX aproximadamente —, pelo menos dois modelos civilizacionais pareciam estar em voga. Tais modelos firmavam, bem entendido, influências contrastantes na literatura de seus países, assim como na literatura de outros territórios ansiosos por uma produtiva comunicação. Decerto, para que seja lograda uma comparação entre esses modelos, há de se atentar para os interessantes efeitos da Revolução Francesa sobre os escritores do período.

Uma revolução civilizatória

Considerando-se a França e sua literatura no momento, observa-se uma situação atípica no que concerne aos constantes e notáveis envolvimento políticos dos românticos em outros países, levando-se em conta o movimento de forma geral. Nesse país, não obstante a ocorrência de momentos fecundos de movimentação política, notou-se uma produção literária sob uma influência fraca e tardia:

A literatura evoluiu graças a transformações internas, cujas causas são literárias, e não políticas. (...) A revolução literária foi feita ao contrário por espíritos fortemente retrógrados em política; poder-se-ia escrever uma história das letras francesas fazendo-se abstração dos acontecimentos políticos, e nada é mais enganador do que procurar as divisões da evolução literária nesses acontecimentos. A Revolução, o Império, a Restauração pouco agiram sobre o movimento interno que conduziu o Classicismo ao Romantismo. Em todo caso, se eles agiram sobre ele, eles muito antes o retardaram. O Romantismo francês teria eclodido muito antes se nenhum *bouleversement* político tivesse se produzido. (VAN TIEGHEM, 1949:287)

As palavras de Van Tieghem são fundamentais para se compreender a “*ère sensible*” —, um tempo “estético-literário” de despolitiza-

ção e de exaltação do estado estabelecido, que se instalou na França em plenos tempos de Revolução.

Incomodados com as formas tradicionais e com os centros acadêmicos a impor seu gosto greco-latino à maioria, os autores franceses assim auto-denominados “românticos” estavam em busca de modelos e temas novos em escritores ingleses e alemães — como também, e principalmente no franco-suíço Rousseau. O objetivo seria melhor fundamentar a nova estética, *la morale du coeur*, que apontaria o “coração” como substituto da razão no papel de fundamento principal do ser humano. Van Tieghem chega à ironia ao afirmar que “jamais as almas foram tão sonhadoramente ternas, tão pacificamente bucólicas em vésperas de movimentos revolucionários!” (VAN TIEGHEM, 1949:313)

O mesmo estudioso verifica ainda que foram com base em ingleses e alemães que os franceses tiveram introduzidos e reforçados, dentre outros aspectos, a inspiração nacional, a liberdade do drama, a revolta contra a tradição moral, a “curiosidade” histórica e uma concepção mais íntima ou mais colorida da poesia. Nessa perspectiva, convém evidenciar por parte dos escritores franceses desse romantismo a elaboração de obras pedagógicas com o fim de alicerçar a educação de um público leitor cada vez mais vasto, que correspondia plenamente com a ânsia destes intelectuais diretamente ligados à “voga do sensível”, ou melhor:

(...) emoções doces que suscitavam lágrimas de ternura, e que provocavam o espetáculo das virtudes, a beleza da natureza, tudo que a vida oferece de tocante. Por outra parte, é o reino da paixão irrefreada, que escapa à razão, ignora ou rompe com as obrigações sociais e reivindica os direitos absolutos do coração. (...) Essas paixões engendram uma melancolia profunda, inexplicável para aquele que a experimenta, o desejo vago de um mundo diferente. (VAN TIEGHEM, 1949:290)

Percebe-se que este primeiro romantismo francês apresenta uma preocupação preponderantemente estética. Há a exposição de um escritor preocupado com novos modelos temáticos, conscientemente

animado pelo sentimento e por um entusiasmo irracional, comprometido com a pintura “subjéitiva” de paixões humanas que seriam, nesse ponto de vista, o verdadeiro objeto da obra de arte.

Com efeito, vê-se que aqui não são discutidas objetivamente a moralidade das leis ou os direitos sócio-culturais do homem, algo presente no primeiro romantismo alemão expresso no movimento *Sturm und Drang* e que poderia ter vindo aos românticos franceses pelo menos como herança dos iluministas que também disso trataram. Em contraste, evidenciava-se uma preocupação com os “direitos absolutos do coração”, sendo a ruptura com as regras sociais relacionada não com uma revolta contra a organização desigual das classes (como seria na Alemanha), mas sim contra os agentes que pudessem frear os sonhos de paz em meio à natureza. O conceito de História, por seu lado, seria alvo não de contestações em vista de sua pretensa totalidade, mas objeto de uma sincera e descomprometida “curiosidade”.

Nota-se a partir dessas reflexões que o primeiro movimento romântico francês — aquele reconhecido por ter entre os seus agentes Chateaubriand e Bernardin de Saint-Pierre — parece buscar uma despolitização estetizante, algo coerente com o sonho otimista de um novo mundo que os conduzia:

As almas sensíveis sonham uma felicidade menos egoísta; elas não saberiam ser felizes em um mundo onde reinaria em volta delas a injustiça, a miséria, a crueldade; um certo sentimento de fraternidade humana aparece. (...) É renunciando aos prazeres, aos prazeres fugazes que lhe oferece a civilização moderna, que o homem poderá encontrar, ao alcance de sua mão, uma felicidade conforme a sua verdadeira natureza. (VAN TIEGHEM, 1949:296)

Pode-se pensar que o sonho da felicidade terrestre somente haveria de ser realizado fora da civilização moderna, em um novo mundo idílico que contrastava com a realidade européia já tão desgastada. No entanto, em oposição à utopia romântico-alemã do paraíso metaforizado na recuperação da natureza original, na França esse ideal

“romântico” relacionado à busca do paraíso será de fato concretizado¹. Tal ocorrência será melhor enfocada no momento de se compreender o seu importante papel na caracterização e imposição do Brasil como um dos possíveis “novos mundos”, onde o homem enfim encontraria romanticamente “a felicidade conforme a sua verdadeira natureza”.

Observa-se então, com efeito, a influência da “era do sentimento” fundada por Rousseau com a finalidade de exaltar o amor casto e nobre, a virtude e a simplicidade. Para ele, seriam traços que caracterizavam as sociedades primitivas ainda não civilizadas ou modernizadas pelo luxo, pelo trabalho e pela erudição. Tais idéias, convém ressaltar, eram debatidas pela maioria (senão todos) os movimentos literários da época, motivando às vezes obras francamente engajadas como seria o caso no *Sturm und Drang*. Todavia, no primeiro romantismo francês aproveita-se da teoria rousseauísta até quanto for conveniente, uma vez que suas polêmicas colocações contra o modelo civilizacional moderno — Rousseau, a propósito, chega a indicar a propriedade como a origem da desigualdade entre os homens; noção vista ainda hoje como germe do socialismo moderno² — são em grande parte desconsideradas. Da mesma forma, são como que descartadas suas incômodas idéias afrontando a sociedade utilitária, bem como enfatizando o povo como único soberano na fundação do contrato social que a todos governaria na qualidade de cidadãos³.

Considerando-se então os alemães e sua produção literária no enfocado período de efervescência da Revolução Francesa, faz-se interessante destacar os efeitos radicais relacionados à história e à literatura nacionais. Nota-se inicialmente a incômoda realidade “alemã” da época, composta por mais de duzentos “Estados”, cada um com a sua própria organização jurídica e fiscal, numa total fragmenta-

¹Há estudos interessantes verificando o contraste entre esses dois “ideais”. Löwy & Sayre, por exemplo, compararam o paraíso romântico realizado a partir de transformações na própria sociedade burguesa e aquele realizado nos países exóticos. Para mais detalhes, cf. LÖWY & SAYRE, 1995. p.43.

²Cf. ROUSSEAU. *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*, 1954.

³Cf. ROUSSEAU. *Le contrat social*, 1949.

ção (SALIBA, 1991:21). A Revolução e suas consagradas concepções manifestariam então nos pensadores alemães do séc. XVIII, a princípio, um fascínio inquietante, tendo em vista a advinda — e bem-vinda — perspectiva de reforma e renovação, em outras palavras, uma possível vida ao sonho de unificação nacional.

Sobre isso, é fundamental frisar que o embate político configurado pela Revolução foi capaz de concretizar enfim o idealismo ao apresentar um modelo e a sua práxis no que se refere à realização coletiva da História. Nesse ponto de vista, o sonho setecentista da sociedade consciente de seu papel político transformador — um sonho que moveu o pré-romantismo alemão — renascia com toda a força, bem como a esperança na capacidade dessa sociedade se organizar nacionalmente e combater os regimes instituídos sem participação popular. “O grito dos *sans-culottes*: ‘Viva a Nação’ tornou-se (...) a palavra de ordem dos democratas da Europa inteira” (ROUANET, 1991:50).

Um grupo de pensadores, em que se pode citar Fichte, Novalis, os irmãos Schlegel, Schleiermacher, Tieck, Schelling e (até certo ponto) Schiller, começaram recebendo a Revolução com louvores à liberdade, acreditando ser ela a fonte de influências aptas para detonar o tão idealizado espírito popular alemão — ou *Volksgeist* — contra o domínio opressivo dos incontáveis príncipes alemães⁴.

Todavia, o que os literatos alemães não contavam era com a era bárbara e autoritária do terror no desfecho revolucionário — algo que traía o ideal democrático e libertário — como também, e principalmente, não contavam com o enfoque institucional e político celebrado pelo modelo nacional francês. Fundamentado na teoria iluminista, que indicava uma participação popular “racionalizada”, e não espontânea, tal modelo firmava-se de maneira incoerente com o

⁴A perspectiva libertária desenhada pela Revolução chegou a levar Schelling, Hölderlin e Hegel a plantar uma árvore, quando souberam da tomada pelo povo da Bastilha, batizando-a de “árvore da liberdade Cf. BERLIN, 1976. p. 20.

sonho nacional baseado no *Volk*, ou melhor, na união natural e mística das camadas populares.

Friedrich Schlegel expressou bem a decepção diante das promessas políticas da Revolução, ao enunciar nos seus fragmentos literários de 1798:

Pode-se considerar a Revolução francesa como o maior e mais espantoso fenômeno da história política, como um tremor de terra quase geral, como um imenso *raz de marée* no universo político; ou bem como o arquétipo das revoluções, como a revolução pura e simples. Esses são os pontos de vista habituais. Mas pode-se também considerá-la como o centro e o ápice do caráter nacional francês, onde vêm acumular todos os seus paradoxos; como o grotesco mais temeroso da época, ou seus mais profundos preconceitos e seus mais violentos pressentimentos, misturados em um horrível caos, se entretendo tão bizarramente quanto possível para formar uma monstruosa tragicomédia da humanidade. (SCHLEGEL, 1978:171)

De fato, a Revolução Francesa, sendo alimentada por ideais iluministas, no princípio afirmou uma luta “romântica” pela supressão de privilégios, contrapondo-se aos favorecimentos da nobreza aristocrata. Posteriormente, todavia, ostentou uma segunda etapa evolutiva ao indicar a classe burguesa — excluindo obviamente o campesinato — como “nova ocupante no posto da nobreza na monopolização dos cargos e das propriedades de terras” (FALBEL, 1978:24).

Para os já relacionados pensadores alemães — todos teóricos da corrente romântico-alemã de Jena, mais estética e menos nacionalista —, o caminho de realização nacional preferido em suas obras filosófico-literárias seria ainda conforme a opção dos *Stürmer*, ou seja, o herderiano, mítico e populista. Com efeito, tais pensadores não iriam celebrar uma Revolução que proclamava implicitamente o nascimento político da burguesia, indicando assim o futuro de uma classe imperialista e sectária que já disputava o poder político com os príncipes alemães, deixando em plano subordinado universidades e professores, ou seja, a propriamente dita vida intelectual. Acresce afirmar todavia que essa insatisfação intelectual, como se sabe, era

paradoxalmente um produto de uma reação surgida dentro da própria burguesia.

O desencanto alemão com os “novos” ares revolucionários tornou-se, mais tarde, quase generalizado, tendo em vista o período napoleônico (1799-1815), quando os reinos alemães são ofendidos e ocupados. Para muitos alemães — não todos, uma vez que havia simpatizantes —, que antes mostrava uma face de novo mundo, fomentando a liberdade e a felicidade coletivas, apresenta então sua contra-face totalitária e dominadora. Assim, o que prevaleceria como efeito da revolução seria a imposição francesa de um modelo cultural e institucional, bem como a personalidade de um imperador fortalecido por um Estado moderno desprovido de raiz popular.

O pensador alemão Herder que, na altura em que Napoleão invadiu os principados alemães — 1806 — já morrera (1803), havia indicado o caminho da unidade territorial a partir do irracionalismo romântico, sob um enfoque nacionalista e reacionário. O modelo francês, por seu lado, tinha por base as concepções iluministas, revelando-se assim de forma bem diversa já que não frisava as determinações das “raízes primitivas da nacionalidade”, o que era pregado pelo romantismo alemão desde Herder. Neste, a concepção mística de *Volksgeist* procurava substituir o conceito legal e racional de cidadãos — uma das premissas do Iluminismo —, sendo assim uma noção menos objetiva e mais permeável à imaginação romântica e ao despertar do entusiasmo. Esse modelo nacional tentaria evitar assim a política no estilo de Maquiavel, firmada na liderança “imperial” e na manipulação administrativa pessoal e secreta. Em contraste, a partir do *Volksgeist* buscar-se-ia propugnar, como um contraponto, uma política que convenceria romanticamente, ou melhor, pela emoção, pelo entusiasmo, pela participação pública e pelo apelo verbal à entidade mítica mais representativa, o povo.

Nesse ponto de vista, o estilo francês indicaria, pelo contrário, a nação tutelada pelo Estado, conformada de acordo com um organizado e constituído contrato entre cidadãos. Tendo como meta a instauração e a manutenção de um Estado moderno não mais

relacionado à obediência a uma autoridade soberana, busca-se o bem comum em meio a legítimos governantes e cidadãos. Estes seriam legalmente estabelecidos levando em consideração a vontade de todos publicamente manifestada, consciente do papel de cada um na configuração e permanência do Todo, o conseqüente novo Estado, a nação oficializada.

Esse processo simultaneamente racional e público de delegação de poder contrapõe-se radicalmente aos reinos, uma vez que “se um reino é um conjunto de súditos, a nação é uma coletividade de cidadãos. Um reino é uma propriedade, uma nação é um contrato” (ROUANET, 1991:29). Daí, concluindo-se a partir dessas palavras, pode-se pensar que para os românticos alemães seria mais adequado e interessante tornar os reinos — que então compunham a Alemanha — espaços comunitários abertos às tradições e à mística populares. Seria essa uma melhor opção, em vez de se esforçar por estabelecer uma complexa “coletividade de cidadãos”, algo deslocado conforme as tradições locais e que seria controlado mais facilmente pela burguesia segundo o raciocínio romântico.

Retornando ao estilo “francês”, este seria baseado em um processo laico, o que determinaria firmemente o pensamento ocidental moderno. A França no século XVIII afirmaria o poder da instituição e da opinião pública (a tão propalada “vontade geral”), a partir das quais seria organizado o Estado tendo em vista um sistema de leis — uma Constituição — que se encarregaria de outorgar o supremo significado do que seria nacional. Nota-se que a raiz, o natural, é deixado de lado ou reconsiderado, em detrimento de laços institucionais. Nessa concepção, seria a vontade geral — legitimamente estabelecida e administrada pelo governante então legalmente indicado como representante do povo — a responsável soberana pela criação do “espírito nacional moderno” (se espírito seria a palavra). Verifica-se que “a afirmação e a legitimação do novo poder se fazem diluindo-se a sua autoridade por detrás da certeza de que cada indivíduo deve ter de estar efetivamente participando do governo de sua nação” (ROUANET, 1991:30).

Vê-se então claramente uma radical diferença do modelo alemão pregado por Herder no mesmo século XVIII, baseado de fato na união mística e natural de conterrâneos dispostos como autarquias, e reacionário na medida em que é contrário à cosmopolita diluição oficial do cidadão nas cidades. O modelo francês, em contraposição, leva em conta os argumentos modernos crentes na força do progresso e da civilização então pregados pelos enciclopedistas. Contra a visão herderiana da História relativizada, fragmentada conforme culturas e tradições, há a fórmula iluminista:

O objeto da história — bem como o da Enciclopédia — era então o estudo dos progressos do homem que tinha agora assumido o centro de um universo secularizado. E a civilização vai-se definir, portanto, como esse ponto alto de perfeição a que a humanidade estava conseguindo chegar, guiada pelas ‘luzes da razão crítica’. (ROUANET, 1991:32)

Percebe-se que, enquanto um modelo se firma como valorização da terra contra qualquer anseio desarraigador, o outro apresenta seu ideal civilizador e desbravador ao entender que todas as sociedades deveriam ascender à cultura e ao conhecimento sem vínculos que as limitassem ao “autóctone” ou a um estilo obscuro de vida. Sobre isso, convém notar com atenção que até mesmo no primeiro romantismo francês — em um contraste radical com o alemão do *Sturm und Drang* — se conforma uma missão civilizadora, confiante na arte a serviço do progresso, denunciando os preconceitos, a superstição, o fanatismo populista e a mitificação, mas em nome de uma tradição católica latina.

Sobre a idéia “francesa” de nação e sua conotação fortemente política — política, é bom sempre esclarecer, em uma visão institucional, implicando uma administração de alto para baixo ou do centro para a periferia —, Eric Hobsbawm faz uma observação relevante. Referindo-se à determinação do fator língua como “elemento central na definição moderna de nacionalidade” (HOBSBAWM, 1990:76), esse autor primeiro informa que o francês “foi essencial no conceito de França”, para todavia revelar que, em 1789, 50% dos

franceses não falavam nada de francês. Isso seria talvez contraditório, se o autor não complementasse afirmando que um grupo de “12 a 13% que falavam corretamente” compunha, na conformação nacional, uma “minoridade de suficiente peso político”. Enfocando-se a Alemanha do séc. XVIII por sua vez, segundo o mesmo autor, pela “multiplicidade de principados e Estados” e pela “ausência de um padrão estatal definidor” do que seria a língua alemã cotidiana, o conceito fundamental no qual a nação encontraria uma existência seria aquele “puramente cultural” (HOBSBAWM, 1990:77).

Uma produção de nações

Dito de outra forma, pode-se deduzir assim pela conformação de dois modelos nacionais consoante dois “romantismos”, um civilizacional sob o peso das instituições calcado em Voltaire, e outro populista, particularista e contra-moderno calcado em Herder. De fato, observa-se explicitamente no modelo francês uma maior abertura de contato e compreensão para com outros Estados, o que indicaria talvez não simplesmente uma filantropia como mencionou uma vez Herder. Sob outro ponto de vista, pode-se mesmo avistar aí um esforço em produzir “nações”, levando-se em conta um exemplo cosmopolita — e por isso “exportável” — configurado na generalização de leis, e daí, aplicável a outros territórios, que talvez não tivessem ainda definido a identidade de seus laços. Seria o caso, por certo, do Brasil na efervescência do séc. XIX.

Pode-se mesmo afirmar que tanto o Brasil como a Alemanha (ainda Prússia) nesse período pretendiam realizar sonhos muito comparáveis, qual sejam: de forma sintética, a concretização de utopias nacionais tendo em vista a instauração de uma literatura de cor local e expressão popular, preocupada com a fixação de laços coletivos e consciente de sua inadaptação aos moldes de cultura e civilização pregados pelo ocidente. Para tanto, Herder salientou o que se viu no Brasil de então: o compromisso pessoal dos escritores com suas

comunidades, sendo que com estas falariam levando em conta a produção de uma literatura acessível e legível para os “homens comuns”. O escritor como gênio, o porta-voz espiritual do seu povo, estaria ligado ao leitor conforme um ato imaginativo de “empatia”, um laço apto a enfatizar a necessidade da união de todos com vistas à entusiástica afirmação do *Volksgeist*. São todos procedimentos buscados de fato pelos nacionalistas do primeiro romantismo brasileiro.

O problema estaria na concretização desse ideal alemão no Brasil, uma vez que se mostrou indispensável uma ação tutelar a fim de dar vida ao “povo brasileiro”. Em outras palavras, uma ação tutelar a fim de dar voz a uma população sem expressão, sem identidade e sem civilização dignificante conforme os pré-requisitos indicados pelo mundo moderno. Nesse momento, introduz-se então a noção de Estado tutelar, uma idéia francesa firmada para organizar de forma igualitária os *citoyen*, mas que no Brasil serviu para explicar todas as decisões tomadas “de cima para baixo”.

Urge dessa forma uma atenção contínua ao nacionalismo europeu característico do séc. XIX no que concerne à sua possível determinação sobre a vida dos povos “americanos” ou, melhor seria, brasileiros. Convém recordar que estes mesmo na contemporaneidade são dados como culturalmente “atrasados” — segundo o modelo iluminista — assim como ainda descaracterizados em referência ao gênio étnico que melhor definiria a originalidade de seus rostos. Na realidade, o “Novo Mundo” descrito em tantas narrativas européias está ainda hoje na ansiosa busca pela consolidação de um sonho diferente de nação.

RÉSUMÉ: Ce travail essaye d'établir une étude comparative entre les théories nationalistes romantiques consacrées en France et en Allemagne au XIX siècle, en considérant en plus ses reflets dans le mouvement nationaliste brésilien.

Bibliografia

- BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*. Trad. Juan Antonio Gili. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- FALBEL, Nachman. Os fundamentos históricos do romantismo. In: GUINSBURG, J. (org.) *O romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- HERDER, J. G. *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*. Trad. José M. Justo. Lisboa: Antígona, 1995.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LACOUÉ-LABARTHE, P. & NANCY, J. L. *L'absolu littéraire*. Paris: Seuil, 1978.
- LOWY, Michael & SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Trad. Guilherme F. Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*. Paris: Editions Sociales, 1954.
- _____. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. *Le contrat social*. Paris: Gallimard, 1949.
- SALIBA, Elias T. *As utopias românticas*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- VAN TIEGHEM, Philippe. *Histoire de la littérature française*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1949.
- _____. *Le romantisme français*. Coll. Que sais-je? P.U.F., 1944.
- _____. *Le Prérromantisme*. Études d'histoire littéraire européenne. 3 vol, Sfelt, 1924-1948.